

A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade* 2

(1970)

Alberto Guerreiro Ramos**
University of Southern California

Não vos inquieteis, pois, pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã cuidará de si mesmo. (Sermão da Montanha)

C'est l'erreur de la philosophie contemporaine d'avoir confondu nécessité et déterminisme... (Émile Boutroux)

... sociology ... should look, not indeed for its Newton or Darwin, but rather for its Galileo, or its Pasteur. (Karl R. Popper)

Nos últimos vinte anos, a sociologia teve, nos Estados Unidos, um enorme progresso; na verdade, o pensamento sociológico nos Estados Unidos atingiu um momento áureo. Parece-me que um dos principais indícios dessa transformação é o fato de que a sociologia norte-americana se libertou em grande parte do reducionismo. Até recentemente, esse país caracterizava-se por uma grave fraqueza: grandemente influenciado por uma orientação reducionista, com frequência favorecia dogmaticamente o fator psicológico ou outro aspecto parcial da realidade social. O reducionismo, como enfoque que tende a explicar a realidade social mediante somente uma de suas partes, está hoje superado, e a ciência social norte-americana assimilou o conceito de totalidade.

* Tradução: Francisco G. Heidemann, Esag/Udesc.

O presente trabalho foi submetido pelo professor A. Guerreiro Ramos para publicação nos Anais da 45ª Sessão do Instituto de Assuntos Mundiais, da Universidade do Sul da Califórnia (USC), que teve lugar entre 26 e 28 de março de 1967. A *Revista de Administração Pública (RAP)*, da Fundação Getúlio Vargas, publicou-o, em competente tradução de Hugo Wahrlich, no 2º semestre de 1967, p. 7-42; a mesma revista *RAP* republicou a versão de 1967, em seu número 1, de 1983, p. 5-30. Em 1970, porém, o autor submetera à publicação uma versão mais elaborada desse artigo, que apareceu no livro *Developing nations: quest for a model*, organizado por W. A. Beling e G. O. Totten (Princeton, N. J.: D. Von Nostrand, 1970. p. 21-59). É esta versão revista

Esse conceito de totalidade tem origem na Europa. Surgindo como categoria lógica na doutrina de Hegel, continua tendo um significado bastante lógico não somente entre os marxistas, apesar do “materialismo histórico” de Marx, mas igualmente entre muitos cientistas sociais europeus contemporâneos. Entretanto, nos EUA o conceito de totalidade foi, por assim dizer, operacionalizado – e isso representa um progresso científico muito importante –, estabelecendo-se correntes com as designações de: “teoria de sistemas” (Merton, Parsons, Easton, Almond, Katz e Kahn, etc.), “cibernética” (Karl Deutsch e outros) e “teoria geral de sistemas” (Kenneth Boulding e outros). Mas esse avanço, no que se refere a “totalidade”, estará ameaçado, a menos que seja expurgado dos resíduos de um evolucionismo metafísico do século 19.

No presente artigo, ocupar-me-ei dessa ambivalência na ciência social norte-americana, focalizando um dos principais tópicos contemporâneos, a teoria da modernização.

Teoria N e Teoria P

O atual estágio dos estudos sobre modernização é significativo e estimulante, do ponto de vista acadêmico, mais pelas questões que têm sido suscitadas do que por causa das clarificações e das soluções oferecidas. Para começar, não há

que agora é apresentada pela primeira vez ao público de língua portuguesa. O presente texto diferencia-se da edição de 1967, nos seguintes termos: Nas seções 5, 6 e 7, foram acrescentados cinco parágrafos em que o autor, respectivamente: (1) atribui o sucesso do parsonianismo à exagerada institucionalização dessa corrente no meio acadêmico das ciências sociais; (2) exclui o incrementalismo, de Braybrooke e Lindblom, e prefere assumir o contextualismo dialético “como expressão mais apropriada de uma forma possível... de superar o enfoque sinóptico” de compreensão da realidade; (3) caracteriza e rebate a “armadilha cognitiva” da nação como referência teórica para tratar de modernização; (4) sugere, com base no efeito demonstração, o surgimento de uma ética mundial contrária à tolerância com a pobreza, num mundo de abundância; e (5) concebe como instável, no contexto da teoria da dependência, o arranjo de equilíbrio entre as nações; esta instabilidade torna possível que um país hegemônico, num dado momento histórico, possa deslocar-se para a área periférica, e outro possa assumir a área central, e vice-versa. Além desses aperfeiçoamentos em relação ao texto publicado em 1967, encontram-se cinco notas substanciais, quase inteiramente inéditas, na edição de 1970 (notas n. 20, 60, 81, 82 e 88), as duas primeiras sendo extensões de notas anteriores. Talvez, deva-se destacar, portanto, que, em termos de conteúdo teórico, a principal diferença constatada seja o abandono do incrementalismo, em favor do contextualismo dialético, como forma de superar as limitações do modelo sinóptico, mais tarde conhecido como modelo racional, de decisão.

** Embora seja um nome estabelecido na antologia dos pesquisadores brasileiros, Alberto Guerreiro Ramos merece ser mais bem conhecido pelas novas gerações e até por aqueles que não tiveram

uma noção clara sobre o conceito de modernização. A maioria dos autores evita enfrentar a tarefa de dar-lhe uma definição. A compreensão do fenômeno da modernização é muitas vezes presumida gratuitamente, e, partindo dessa premissa, os autores têm se estendido largamente sobre a matéria. Entretanto, ao examinar esses trabalhos, verificamos que eles podem ser situados num continuum, cujos pólos designei, aqui, por Teoria *N* e Teoria *P*.

O postulado principal da Teoria *N*, no que tange à modernização, é que existe uma lei de necessidade histórica que compele toda sociedade a procurar alcançar o estágio em que se encontram as chamadas sociedades desenvolvidas ou modernizadas. Essas sociedades representam, para as assim chamadas sociedades “em desenvolvimento”, a imagem do futuro destas. Como consequência desse modo de ver, os autores filiados à Teoria *N* apontam dicotomias, como “nações desenvolvidas *versus* nações em desenvolvimento” e sociedades “paradigmáticas” *versus* sociedades “seguidoras”. Frequentemente, os que falam em “obstáculos ao desenvolvimento” ou “pré-requisitos da modernização” estão condicionados pelos postulados determinísticos da Teoria *N*, por um arquétipo rígido de modernização, mais ou menos identificado com o estágio atual da Europa Ocidental ou dos Estados Unidos.

A Teoria *P*, no entanto, apresenta duas características principais, relativamente à modernização: 1) pressupõe que a “modernidade” não está localizada precisamente em algum lugar do mundo; que o processo de modernização não tem de se orientar segundo algum arquétipo platônico; e 2) sustenta que toda nação, qualquer que seja sua configuração atual, sempre terá possibilidades próprias de modernização, cuja efetivação pode ser perturbada pela sobreposição de um modelo normativo rígido, estranho a suas possibilidades.

a oportunidade de conhecê-lo melhor no passado. Nascido em Santo Amaro da Purificação, estado da Bahia, em 1915, Ramos formou-se em direito e sociologia, trabalhou no Departamento de Administração do Serviço Público (Dasp) e na Fundação Getúlio Vargas, Escola Brasileira de Administração Pública (Ebap), como pesquisador e professor e integrou com outros expoentes da época o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). Em 1966, viu-se forçado a deixar o país, depois de ter perdido o mandato de deputado federal e os direitos políticos. Viveu o resto de seus dias, até abril de 1982, na cidade de Los Angeles, região sul do Estado da Califórnia, EUA, onde deu continuidade a seu trabalho de pesquisa e docência, na Escola de Administração Pública da University of Southern California (USC). Após a anistia, voltou momentaneamente ao Brasil, em 1980 e 1981, para emprestar seu apoio e prestígio ao nascente programa de mestrado em Planejamento Governamental (CPGA/UFSC), em Florianópolis. Entre suas numerosíssimas contribuições acadêmicas, quer em forma de livros ou de artigos, destacam-se a *Redução sociológica, Administração e contexto brasileiro* e *A nova ciência das organizações*: uma reconceituação da riqueza das nações. Sua obra, de extraordinária acuidade e relevância para o seu tempo, continua a ser de extrema importância e surpreendente atualidade também em nossos dias, como demonstra, por exemplo, o presente trabalho.

As seguintes afirmações, de autores diferentes, têm estreita relação com a Teoria *N*:

Num mundo marcado por graus de atraso, o estudo comparativo da modernização tem que se preocupar com a sociedade paradigmática, que se torna o foco de atenção da sociedade seguidora...¹ *Bendix*

Esta divisão do mundo em sociedades adiantadas e sociedades seguidoras constitui um dos elementos básicos da definição de modernização.² *Bendix*

Considero modernizado o sistema que se aproxima do tipo de sistema vigente nas modernas sociedades ocidentais, tomando, ao arbítrio, os EUA como o extremo até hoje atingido nesse particular.³ *Marion Levy*

Historicamente, modernização é o processo de mudança no sentido dos tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa Ocidental e na América do Norte, entre os séculos 18 e 19, e que depois se estenderam a outros países europeus, bem como, nos séculos 19 e 20, aos continentes da América do Sul, Ásia e África.⁴ *Eisenstadt*

É bem verdade que estas citações não fazem inteira justiça ao pensamento dos autores. Se lermos os artigos de Bendix e Levy, ou “Modernização: protesto e mudança”, de Eisenstadt, observa-se que esses autores professam algumas idéias pertinentes à Teoria *P*. Isso ocorre com quase todos os que, aqui nos Estados Unidos, escreveram a respeito de modernização. Evidencia-se, nesse terreno, uma espécie de complexo hamletiano, isto é, uma ambivalência metodológica. Encontramos a Teoria *P* embrionariamente presente nos trabalhos de maior profundidade publicados nos Estados Unidos sobre modernização. Somente poucos autores, porém, tais como C. Wright Mills, Albert O. Hirschman e Alexander Gerschenkron, entre outros, podem ser considerados decididamente associados à Teoria *P*. Ilustraremos concretamente esta observação.

É muito pertinente, por exemplo, a seguinte citação, tirada de um ensaio de Mills, apresentado no Brasil num simpósio sobre obstáculos ao desenvolvimento:

[...] não encontrareis a resposta na Europa histórica nem na América do Norte ou Rússia Soviética contemporâneas. Se pode ser encontrada entre vós, eu não sei. Talvez seja bom que encontreis obstáculos a essas espécies de desenvolvimento. Meu voto é para que liberteis vossas imaginações culturais de todos esses outros modelos [...] e que mediteis livremente sobre o que realmente desejais.⁵

No mesmo diapasão, temos as seguintes afirmações de Hirschman e Gerschenkron:

[...] sempre que se enunciou alguma teoria que considerava determinado sistema de valores como pré-requisito para o desenvolvimento, em geral se pôde contestá-la eficazmente com base em fatos empíricos: é que comprovadamente houve desenvolvimento, em algum lugar, sem o auxílio de tal pré-requisito.⁶ Hirschman

[...] assim como não existe um conjunto certo de pré-requisitos de desenvolvimento econômico, também é impossível definir um número determinado de características de atraso. O que representa um percalço ao progresso, num dado cenário e estágio, pode favorecê-lo, em circunstâncias diferentes.⁷ Hirschman

Boa parte de nossas cogitações acerca da industrialização dos países atrasados é dominada – consciente ou inconscientemente – pela grande generalização de Marx, segundo a qual é a história dos países adiantados ou estabelecidos industrialmente que traça o caminho do desenvolvimento para os países mais atrasados... Em vários aspectos muito importantes, o desenvolvimento de um país atrasado pode, pela própria natureza desse atraso, tender a diferir fundamentalmente daquele verificado num país adiantado.⁸ Gerschenkron

A fim de melhor desenvolver a precisão das ciências sociais em nossos dias, torna-se necessário explicitar ou articular, tão sistematicamente quanto possível, o paradigma emergente a que nos referimos anteriormente e está implícito nas últimas transcrições. A essência desse paradigma é a noção de "possibilidade".⁹

Breve história do modelo de possibilidade

A primeira coisa a dizer quando procuramos um modelo de possibilidade é que tal modelo não obriga a um enfoque indeterminista. Para salvar o determinismo – que é essencial à ciência social – de qualquer conotação metafísica, é necessário compreender que determinismo e liberdade não se contrapõem. Se excluirmos do critério determinista toda e qualquer margem para a liberdade ou para o papel das decisões ou das escolhas humanas, não teremos mais determinismo, mas fatalismo. Se afastarmos do processo social suas determinações objetivas, estaremos afirmando implicitamente a ausência de sentido da sociedade em si, ou seja, o niilismo, e, por conseguinte, a impossibilidade de uma ciência social. O determinismo é inconcebível sem liberdade, e a liberdade é inconcebível sem limitações objetivas, isto é, sem determinismo. Determinismo ou liberdade é um falso dilema. No processo histórico e social, há sempre determinismo e liberdade.¹⁰

Liberdade e determinismo não se contrapõem. Determinismo sem liberdade é fatalismo. História sem determinações objetivas é niilismo.

A maneira pela qual esses dois fatores se combinam na dinâmica dos acontecimentos é insuscetível de ser expressa numa fórmula inequívoca. Teoricamente, somos forçados a admitir que cada situação apresenta uma combinação própria desses dois aspectos. Assim, escolher uma possibilidade em determinada situação é escolher dentro de certos limites. O sujeito de uma opção, num processo de mudança, só pode ser bem-sucedido se em seu comportamento considerar as limitações concretas de sua escolha.

A Teoria *P* está implícita nas concepções de diversos autores que têm tentado explicar o processo social como resultante contínua de uma tensão dialética entre determinismo e liberdade. Todavia, no campo da ciência social, não há atualmente uma percepção sistemática da possibilidade como um conceito-chave do pensamento científico. A observação de Ernst Bloch, de que a possibilidade pertence a um “campo quase virgem” e que representa “o benjamim entre os grandes conceitos”,¹¹ é verdadeira, sobretudo no que diz respeito às ciências sociais.

Aliás, desde Aristóteles, os filósofos têm andado às voltas com essa idéia. Não constitui objetivo deste artigo discutir a evolução do conceito em causa na filosofia. Desejo apenas salientar alguns de seus aspectos filosóficos para melhor entendimento das implicações sociológicas da questão.

Entre os filósofos, talvez tenham sido os estóicos os primeiros a estabelecer as linhas mestras da justificação da Teoria *N*. Para eles, os acontecimentos estão sujeitos ao curso da natureza, e somente por causa da sua ignorância é o homem levado a admitir a existência de “possíveis”. Segundo Abelardo, até Deus é confinado pela necessidade: Deus nada pode fazer diferente do que faz.¹² Aqueles filósofos consideram o “possível” como o oposto do “necessário”. Hobbes dá eco a essa tradição, quando afirma que não existem possíveis no mundo real. Nossa ignorância das causas necessárias é que nos leva a dizer que uma coisa é possível. Ele só admite possibilidades epistêmicas. A continuação desse modo de pensar pode ser acompanhada até o presente, seja em forma consistentemente articulada ou apenas implícita, nos trabalhos dos filósofos e dos cientistas sociais.

De interesse especial, nesse particular, é a obra do filósofo francês Charles Renouvier, que foi professor de Émile Durkheim e influenciou William James. Ele formulou uma crítica muito consistente das teorias da “evolução necessária”, como as de Hegel, Comte e Spencer, com base na categoria da possibilidade. Antecipando-se a Eugène Dupréel, ele viu descontinuidade onde geralmente se supõe haver continuidade. Os acontecimentos do mundo ocorrem como uma série de começos. São “discretos” no tempo e no espaço. Quando *B* acontece depois de *A*, isto é usado para explicar *B* em termos de um acontecimento necessário que presume o mundo como contínuo. Para Renouvier, o *continuum* não existe no mundo. Por exemplo, poderia acontecer *b* em vez de *B*. Destarte,

a causa *A* “determina a trajetória de um evento, mas o rumo desse evento é determinado por aquilo que dele participa”.¹³ A fim de demonstrar seu pensamento, Renouvier escreveu o extraordinário livro, publicado em 1857, *Uchronie (l'utopie dans l'histoire): Esquisse historique apocryphe du développement de la civilisation européenne tel qu'il n'a pas été, tel qu'il aurait pu être* (Esboço histórico apócrifo do desenvolvimento da civilização europeia tal como ele não ocorreu, tal como poderia ter ocorrido). *Ucronia* é uma utopia do passado, uma exposição de acontecimentos que não tiveram lugar. Na realidade, o que Renouvier pretendia era mostrar um rumo possível para a civilização ocidental, tivesse Marco Aurélio tomado decisões diferentes das que efetivamente tomou. O curso de acontecimentos descrito por Renouvier é tido como uma possibilidade real ou objetiva. Se houvesse sido essa a possibilidade de fato ocorrida, com certeza os historiadores e os sociólogos deterministas a considerariam como a única história absolutamente necessária. Renouvier sustenta que “os que se inclinaram para a afirmação de uma necessidade universal”¹⁴ foram enganados pelo que ele chama “ilusão do fato consumado”; em outras palavras, “o indivíduo em geral é vítima de uma ilusão, quanto à necessidade incontestável que faz com que o fato consumado lhe pareça ser o único, dentre todos os outros imagináveis, que efetivamente poderia acontecer”.¹⁵ Renouvier é incluído, pelos historiadores da filosofia, entre os representantes do indeterminismo. Todavia, em sua concepção da causação histórica e social, há certos pontos em que se aproxima muito de sociólogos teóricos que não são indeterministas. “Possível” e “possibilidade” aparecem diversas vezes em *Uchronie* como palavras-chave. Sem dúvida alguma, a visão que Renouvier teve da realidade histórica e social implica o que neste ensaio denominamos Teoria *P*, embora não apresentasse em seu livro uma exposição sistemática da matéria.

Parece que a palavra “possibilidade” apareceu pela primeira vez, como conceito *sociológico*, em dois ensaios de Max Weber, intitulados “*Objectivity in social science and social policy*” e “*Critical studies in the logic of cultural sciences*”, publicados, respectivamente, em 1904 e 1905, na revista *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*. Esse conceito não deixaria de ser familiar a Marx, pelo que se pode deduzir do livro de Georges Lukacs, *History and class consciousness*. Contudo, foi Max Weber quem tratou diretamente do assunto, nas datas indicadas, como ninguém o fizera antes, no campo das ciências sociais. A história, disse ele, “efetivamente reconhece as possibilidades, uma vez que pretende ser ciência”.¹⁶

Mas que espécie de possibilidades? Weber respondeu à pergunta cunhando a expressão: “possibilidade objetiva”. Para Weber, as possibilidades objetivas são reais e sua existência pode ser demonstrada “segundo regras empíricas gerais”.¹⁷ Assim, ele admite que, ao tempo da batalha de Maratona, Hellas poderia ter sido levada a uma situação teocrático-religiosa se os persas tivessem derrotado

Max Weber e o conceito de possibilidade objetiva.

As possibilidades objetivas são conjecturas cuja imperiosidade pode ser demonstrada. (Dialética)

os gregos. Esse julgamento de possibilidades não é arbitrário, se considerarmos tanto a situação histórica e os "fatos" a ela relacionados, quanto o modo como os seres humanos reagem em determinadas circunstâncias; possui um teor mínimo essencial de certeza e suporte empírico. As possibilidades objetivas são na verdade conjeturas, mas conjeturas cuja imperiosidade pode ser demonstrada por um conhecimento positivo e controlável dos acontecimentos; não refletem "nossa ignorância ou conhecimento incompleto"¹⁸ dos fatos.

Weber salienta que por meio dessa categoria torna-se possível julgar o quão adequada é a relação entre a imaginação e a realidade.¹⁹ Utilizando essa categoria com base em suportes empíricos, ficamos em condições de compreender os eventos ocorridos, passados e presentes, libertos do princípio metafísico da necessidade histórica. Em outras palavras, podemos dissipar a ofuscação do fato consumado, como o fez Weber, por exemplo, ao estudar o caso da "decadência da civilização da Antiguidade"; descobrimos outros rumos que poderiam ter sido tomados, mas não o foram. Ademais, essa categoria nos permite construir "tipos ideais" à guisa de padrões de acontecimentos que podem emergir do presente, não "necessariamente", mas desde que determinadas tendências sejam estimuladas.

A burocracia, como "tipo ideal", não é algo que tenha de acontecer "necessariamente", mas representa uma possibilidade objetiva. Mais uma vez, Weber voltou ao tema que Renouvier denominou "a ilusão do fato consumado", ao escrever:

Num dos casos, estamos contemplando aquilo que *ocorreu*, e isso se nos afigura como "necessário", inclusive a decisão que de fato em algum momento se tomou. No caso da liberdade, porém, olhamos para o evento como algo que está "em formação", isto é, como algo que ainda não ocorreu e, portanto, como algo não "necessário"; nessas condições, ele constitui apenas uma entre miríades de "possibilidades". Todavia, do ponto de vista de uma evolução em marcha, não poderemos jamais afirmar que uma decisão humana não pudesse ter sido diferente da que efetivamente acabou acontecendo. Na discussão da ação humana, "nunca se poderá transcender o *eu quero*".²⁰

Aliás, a ilusão do fato consumado, conforme vista por Renouvier e Weber, e à qual têm sucumbido muitos historiadores e cientistas sociais, torna tautológicas as exposições e as interpretações destes últimos. A ciência social não pode ser científica se ela equipara o "ocorrido" com o necessário, isto é, se ela não reconhece que existe na causação histórica ou social um lugar para a opção humana. O conceito de possibilidade constitui, pois, um requisito essencial para a análise científica da realidade social. O cientista deve possuir uma imaginação treinada

A ciência social não pode ser científica se não se libertar da ilusão do fato consumado

Para a Teoria P, a realidade histórica e social se apresenta do permanente de uma tensão entre as possibilidades objetivas e as escolhas humanas.

e disciplinada que o capacite a enxergar a multiplicidade de caminhos dos fatos que se consomam. Essa imaginação é a qualidade de espírito que se faz necessária, se nós, como cientistas sociais, não quisermos considerar-nos especialistas em interpretações tautológicas *post hoc*, mas, ao invés, tencionarmos atacar, de frente, problemas como “colapso”, “auto-sustentação” e “arrancada”, em matéria de modernização ou desenvolvimento, bem como inovações e mudanças conscientemente controladas.

Todos esses tópicos implicam a Teoria P, isto é, uma concepção de realidade histórica e social que a vê como o resultado permanente de uma tensão entre possibilidades objetivas e escolhas humanas. Toda explicação ou interpretação que se baseie unicamente nos aspectos mais evidentes dos fatos não merece o nome de ciência. “Il n’y a science que du caché”, disse Gaston Bachelard.²¹

É esse o sentido da ênfase de Weber sobre a possibilidade objetiva como instrumento analítico de análise sociológica. Ele utiliza essa categoria não somente para formular “tipos ideais”, mas também para encontrar uma explicação mais satisfatória dos eventos ocorridos. Vale lembrar o estudo de Weber, “The social causes of the decay of ancient civilization”, publicado em 1896, em que ele tenta diagnosticar um caso de “colapso”. Weber sustenta que muitos estudiosos simplesmente não perceberam o ponto crucial quando citaram como causas de “colapso”, por exemplo, o despotismo, o luxo, a decadência moral nos mais altos escalões do Império Romano. Sua explicação desce à essência da evolução do Império. Aponta as raízes da decadência da civilização antiga na contradição, não resolvida, entre uma “economia natural”, baseada na escravidão, e um mercado urbano, ligado ao comércio internacional; ou seja, a causa está na falta de uma articulação consistente da “divisão não livre do trabalho, nas propriedades rurais, produzindo para o consumo próprio do dono”, com a “livre divisão do trabalho regulada pelo regime de trocas do mercado urbano”.²² Havia, pois, possibilidades objetivas para que o Império Romano evoluísse de maneira diferente da que se verificou. Weber sugere que se poderia escrever uma história ucrônica do Império Romano desde que se presumisse que, dadas as decisões apropriadas, tivessem ocorrido certas possibilidades objetivas.

Criticando a estreiteza da visão post mortem do curso dos acontecimentos, Karl Mannheim sugere um novo “método de observação”, que denomina como enfoque in statu nascendi. Com esse critério, o observador poderá libertar sua mente da “ilusão do fato consumado” (Renouvier), isto é, de considerar “tudo o que aconteceu como a única coisa que poderia de fato ter acontecido”.²³ “Todo observador que acredita”, observa Mannheim,

saber por antecipação [...] exatamente quais as estruturas que a sociedade tenderá a adotar, enfraquece desde logo sua capacidade de observação empírica das

Mannheim sugere o método de observação que

A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade • 49
denomina in statu nascendi.

Ernest Bloch: pensamento dialético: "o raciocínio utópico anuncia as possibilidades - o que ainda não existe, mas se encontra concretamente em vias de realização."

mudanças emergentes, e trata uma estrutura em processo de evolução como se ela já tivesse tomado sua forma definitiva.²⁴

Tal como o concebe Mannheim, "o enfoque *in statu nascendi* leva o observador interessado na efetuação de novas possibilidades a valer-se de sua condição de participante no processo de mudança para tomar decisões estratégicas. O autor apresenta essa "atitude experimental" como o oposto da atitude alienada implícita no dogmático critério *post mortem*.

Possibilidade objetiva é também a expressão que aparece diversas vezes num dos mais importantes ensaios que em nossos dias procuram abrir novos horizontes para o raciocínio dialético. Refiro-me a *The principle of hope*, de autoria do filósofo alemão Ernst Bloch.²⁵ Esse autor situa-se na tradição marxiana. Assim, por exemplo, a afirmação que se segue tem um caráter bem marxiano:

A humanidade somente levanta problemas que ela própria pode resolver, mas se o grande momento só encontra homens por demais pequenos para a solução, então a solução, por fortes razões, será apenas possível, isto é, será ainda precariamente possível. O fato de que a Alemanha, no dia 9 de novembro de 1918, não experimentou uma seqüência revolucionária, é prova disso [...].²⁶

Não podemos, neste ensaio, penetrar muito nas riquezas do pensamento de Bloch. Ele confere um significado positivo à palavra "utopia", considerando-a uma visão de possibilidades que estão sempre disfarçadas sob o manto da realidade aparente.²⁷ O raciocínio utópico, para Bloch, anuncia o que não existe, mas se encontra concretamente em vias de realização. Destarte, a utopia constitui um instrumento do que Bloch denomina *dialética antecipatória*, um de cujos pressupostos é a possibilidade objetivamente real (*das objektive-real Moegliche*), que ele concebe como parcialmente condicionada. O condicionamento parcial é um dos elementos dessa espécie de possibilidade, porque um evento ocorreria com absoluta certeza, caso se verificassem todas as suas condições. A consistência das possibilidades é, de certa maneira, um problema de opção humana. Bloch salienta explicitamente o papel do fator subjetivo no processo de mudança. Diz ele:

O fator subjetivo é o poder não realizado de mudar as coisas. O fator objetivo é a potencialidade não realizada da variabilidade do mundo no quadro de suas leis; e estas leis, todavia, dadas novas condições, variam elas próprias segundo outras leis. Os dois fatores encontram-se permanentemente interligados no movimento dialético de uma ação recíproca.²⁸

A utopia é o instrumento da "dialética antecipatória".
O fator subjetivo é o poder não realizado de mudar as coisas.

Gurvitch: "regularidades tendenciais" são, na verdade, as possibilidades abertas

O papel sistemático do fator subjetivo na causação das coisas seria a condição que permite aos homens serem os "produtores conscientes de sua própria história", e não meros agentes passivos de um *fatum*, o aparente movimento próprio da história e da sociedade.

No livro intitulado *Déterminismes sociaux et liberté humaine*, Georges Gurvitch explora a idéia da possibilidade de uma maneira original. Disfarçado sob a designação de "regularidade tendencial", o conceito de possibilidade está, todavia, presente em seu enfoque. Afirma o autor:

As regularidades tendenciais são conjuntos de orientações com rumos mais ou menos precisos, porém incertos no que se refere à sua realização. Em todo tipo de estrutura global, e por vezes mesmo em alguns de seus segmentos, podemos observar diversas regularidades tendenciais. Antes de o jogo começar, não se pode prever que lado vai vencer. Por exemplo, a sociedade feudal poderia ter evoluído para uma teocracia, para uma federação de cidades livres ou para uma monarquia territorial. Hoje, a sociedade capitalista pode evoluir para a tecnocracia, para a democracia econômica pluralista ou mesmo para o comunismo. Pode, enfim, tomar um rumo imprevisível.²⁹

A posição de Gurvitch contra a interpretação errônea do conceito de determinismo, trouxe-o para a área da Teoria *P*. Gurvitch assinala que o determinismo não equivale a uma "previsibilidade perfeita dos fenômenos", que o determinismo não é fatalismo, necessidade metafísica, necessidade transcendental ou mesmo necessidade matemática. O referido autor vê determinismo e opção ou liberdade humana em relação recíproca e chega a uma noção de possibilidade que se enquadra na perspectiva do presente ensaio. Ele rejeita a concepção metafísica ou teológica do possível. Para ele, a possibilidade só é dada em estruturas, conjunturas e situações concretas. "A liberdade", diz ele, "em seu mais alto grau, revela-se capaz, ao menos em princípio, de criar possibilidades e destruir o impossível, de modificar ou inverter situações, de engendrar novas conjunturas e de identificar novas estruturas parciais e globais".³⁰ É oportuno mencionar aqui que Gurvitch inclui Hegel, Spengler, Toynbee e Burnham entre os que identificaram determinismo com necessidade ou fatalismo imanente.

Pode parecer paradoxal incluir Robert Merton entre os representantes da Teoria *P*. Na realidade, a riqueza de seus escritos não tem sido suficientemente explorada. Em certas ocasiões, suas opiniões têm sido distorcidas por terceiros. Apresentam-se, como inovações teóricas, às vezes, coisas que já foram há muito formuladas por Merton. O fato de se associar Merton historicamente com a noção de pré-requisitos não constitui, necessariamente, uma

Robert Merton (1948), antes de Hirschman (58), criticou o conceito de pré-requisitos funcionais.

indicação de que ele professasse a Teoria N: por vezes, os seguidores prejudicam os fundadores. Desde o começo, Merton formulava de modo consistente a idéia de pré-requisitos em termos muito apropriados. Referindo-se a essa questão, ele advertia:

[...] esse conceito continua sendo um dos mais obscuros e empiricamente mais discutíveis em toda a teoria funcional. Tal como empregado pelos sociólogos, o conceito de requisito funcional tende a ser tautológico ou ex post facto.³¹

A crítica posterior de Hirschman (1958), a respeito dos pré-requisitos na teoria econômica, segue as mesmas linhas trilhadas por Merton em 1948. Já naquele ano, Merton não apenas tinha uma clara idéia do modelo de substituições, de Gerschenkron, mas ainda incluiu a categoria da “variação possível” em seu “paradigma da análise funcional”. Assim escreveu:

[...] uma vez abandonado o postulado gratuito da indispensabilidade funcional de determinadas estruturas sociais, imediatamente necessitamos de algum conceito de alternativas, equivalentes ou substitutos funcionais. Isto dirige a atenção para a gama de variação possível nos elementos que, na hipótese em exame, podem servir a um requisito funcional. Permite revelar a identidade do existente e do inevitável.³²

Não devemos hesitar em colocar Merton na companhia dos mais legítimos representantes da Teoria P.

Robert M. MacIver também parece ver a dinâmica do determinismo baseada na presunção do que poderia ser a Teoria P. Seu conceito de “causa como precipitante” implica a negação de um curso de acontecimentos “normal” e “necessário”, não sujeito a mudanças imprevisíveis. Ele sustenta que as teorias econômicas clássicas de Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Karl Marx e Alfred Marshall têm em comum o postulado de que existe um “sistema econômico relativamente independente, que opera por meio de forças que lhe são intrinsecamente próprias”.³³ Referindo-se aos que formam a escola de Marshall, MacIver salienta: “Para eles, o equilíbrio é fundamental, tem dentro de si as forças que o sustentam e recupera-se dos constantes impactos que sofre”.³⁴ MacIver não contesta que esse método tenha validade limitada. O que ele contesta é a premissa de que as determinantes “perturbadoras” não podem produzir novas formas de equilíbrio, e “apenas modificam, temporariamente e em grau limitado, o curso normal dos acontecimentos”, bem como “a fé no triunfo final da causa específica” que aqueles economistas em geral invocam.³⁵

O modelo deles é o do “equilíbrio-perturbação”. MacIver propõe que ele seja substituído por um modelo “equilíbrio-precipitante” de acordo com o qual não há “permanência” nem “ordem autoconservadora”. Tudo o que está implícito nesse enfoque “é um estado de coisas que dure, por pouco que seja, até que alguma intrusão ou fator explosivo o converta em outro estado de coisas”.³⁶ MacIver vê a continuidade na realidade social como resultado de um arranjo precário de circunstâncias que a qualquer momento pode ser profundamente rompido por algum fator precipitante que emergja interna ou externamente.

Concluiremos esta parte do ensaio, examinando brevemente o conceito de “intervalo” de Dupréel. Também para ele não há continuidade no mundo. Dizer que determinado efeito é o único resultado “necessário”, quando certa condição está presente ou ausente, é apelar para a metafísica. Na realidade, existe sempre um intervalo, desprezível ou considerável, entre uma condição ou um fator, considerado como causa, e seu efeito admitido. Se esse intervalo for considerável, três espécies de eventos podem ocorrer: (1) eventos que impedem a consumação de causa-efeito; (2) eventos não favoráveis ao efeito; (3) eventos indiferentes, que não favorecem nem impedem o efeito. Um agente ativo – e a referência a tal fator é apropriada num ensaio sobre modernização – pode, mediante comportamento estratégico, tirar partido das possibilidades do intervalo e evitar o que metafisicamente seria considerado um resultado “necessário”.³⁷

Características da Teoria *P*

Podemos agora apresentar em proposições analíticas as principais características da Teoria *P*. Discutiremos essa teoria, contrapondo seus traços aos da Teoria *N*. Quanto à Teoria *N*, construiremos um tipo ideal jamais enunciado plenamente por qualquer teórico contemporâneo: mesmo os adeptos das teorias de pré-requisitos inserem em seus trabalhos considerações pertinentes ao campo da Teoria *P*. A explicitação plena das tendências sadias desses autores é impedida por sua sujeição consciente ou subconsciente à Teoria *N*. Ter uma percepção sistemática das implicações da Teoria *N* talvez seja uma das melhores maneiras de livrar a teoria contemporânea de seus preconceitos. Ofereceremos, aqui, sete pares de assertivas polares para descrever a essência tanto da Teoria *N* quanto da Teoria *P*.

Por esquemáticas que sejam, essas enunciações provavelmente conterão imprecisões e talvez até erros. Entretanto, se nossa tentativa representar uma contribuição para resolver o impasse atual em que se encontra a teoria da modernização, talvez possa ser perdoada sua margem de imprecisão e erro. Como dizia Bacon, “a

verdade emerge mais do erro do que da confusão".³⁸ Estamos certamente vivendo uma fase transicional da história das ciências sociais.³⁹ Conforme assinala Kuhn, nesses momentos de transição coexistem e sobrepõem-se parcialmente paradigmas contraditórios de pensamento científico. Em geral, leva muito tempo até que um paradigma emergente se imponha. É também da natureza do paradigma que nunca se pode expressá-lo sem certo grau de obscuridade. A Teoria *P*, que está emergindo em nossos dias, pode ser vista como um aspecto do paradigma científico, no sentido de Kuhn. Ela tem sido antevista, nos trabalhos de muitos autores, mais comumente como uma espécie de "conhecimento rático" (Polanyi) do que como um modelo sistemático. Se os seguintes sete pares de proposições revelarem utilidade para a apresentação do modelo da possibilidade aos cientistas sociais, terá sido atingido o principal objeto visado pelo presente ensaio.

Teoria <i>N</i>	Teoria <i>P</i>
1. Tudo o que aconteceu é a única coisa que poderia ter acontecido.	1. Tudo o que aconteceu é uma entre as muitas possibilidades objetivas que poderiam ter acontecido.
2. O curso dos acontecimentos resulta da ação recíproca de causas absolutamente necessárias. Uma mente onisciente, que conhece todas essas causas necessárias, poderia prever, com absoluta certeza, o que terá de acontecer a curto e longo prazos. Presume-se como possível o conhecimento sinóptico do processo social.	2. Nenhum curso de acontecimentos pode ser considerado resultante da ação recíproca de causas absolutamente necessárias. O curso dos acontecimentos resulta continuamente do jogo entre fatores objetivos e opções humanas. Assim, é possível fazer previsões, mas apenas com graus variáveis de certeza, dependendo sempre das circunstâncias concretas. Jamais poder-se-ia chegar a um conhecimento sinóptico do processo social.
3. O que faz o homem pensar em possibilidades é sua ignorância ou seu conhecimento incompleto do curso dos acontecimentos necessários. Existem apenas possibilidades epistêmicas ou lógicas.	3. As possibilidades podem ser reais e empiricamente demonstradas. A possibilidade objetiva opõe-se à possibilidade abstrata, eis que se relaciona necessariamente com uma situação dada; esta possibilidade pode se realizar.

4. Existe um processo normal e unilinear de evolução, um caminho ótimo e único a ser palmilhado rumo ao futuro. Se observarmos os pré-requisitos, podemos evitar descaminhos e colapsos.
5. No que tange ao presente, a tarefa da ciência social é mostrar o que, em última análise, irá necessariamente acontecer e estabelecer os pré-requisitos ou requisitos para sua realização com base no que aconteceu anteriormente.
6. É pernicioso ao cientista social ser protagonista no processo social. Ele deve ser um espectador, um observador afastado da arena dos interesses, a fim de ser capaz de ver, sem idéias preconcebidas, a orientação ou rumo transcendente do processo.
7. Na história contemporânea, devemos distinguir sociedades desenvolvidas de sociedades em desenvolvimento. As primeiras, como sociedades paradigmáticas, exibem às subdesenvolvidas a imagem do futuro destas. Deve-se elaborar indicadores de desenvolvimento ou modernização, para que os agentes incumbidos do aprimoramento das condições nas sociedades em desenvolvimento possam orientar-se quanto à melhor maneira de alcançar a modernização ou o desenvolvimento.
4. Não existe processo normal unilinear. A história sempre nos apresenta um horizonte aberto a possibilidades múltiplas. A qualquer momento podem ocorrer eventos inesperados, conduzindo a sociedade a um novo estágio, a um estágio diferente da imagem convencional de seu futuro.
5. No que respeita ao presente, a tarefa da ciência social é descobrir o horizonte de suas possibilidades, a fim de contribuir para a participação humana na construção e para a transformação consciente das sociedades contemporâneas.
6. Sem ser protagonista no processo social não se pode ser integralmente um cientista social. A idéia de um pensar separado da prática é uma contradição de termos. Não há pensar sem um rudimento de prática, nem há prática sem um rudimento de teoria.
7. No momento atual da história, a dicotomia entre sociedades desenvolvidas e sociedades em desenvolvimento é teoricamente desnordeadora. Na realidade, a categoria cardinal das ciências sociais é o mundo, que hoje possui as características de um sistema. Sob a ótica desse sistema, todas as sociedades estão em desenvolvimento. Todas elas são, em diferentes graus, ao mesmo tempo atrasadas e modernas. Só podem existir indicadores *ad hoc* de modernização, e sua natureza e relação só fazem sentido quando estão associadas a possibilidades de desenvolvimento ou modernização de cada sociedade.

Persistência da Teoria N

Nenhum cientista social contemporâneo aceitaria explicitamente a Teoria N. Todavia, como conjunto de pressupostos, essa teoria faz-se presente na maioria das obras de influência sobre modernização e desenvolvimento. Este autor já mostrou, por exemplo, o conteúdo tautológico de algumas assertivas de Lipset e Lerner,⁴⁰ relativas a modernização, e também apontou algumas impropriedades dos indicadores de mobilização social, de Deutsch, aplicados às chamadas nações em vias de desenvolvimento.⁴¹ Muitos autores que tratam de modernização e desenvolvimento freqüentemente equiparam meras correlações a relações necessárias de causa e efeito. Algumas teorias de pré-requisitos são baseadas nessa confusão.

Por exemplo, é provavelmente certo que a capacidade empresarial ou a necessidade de realização se correlacione positivamente com o desenvolvimento. Se, entretanto, com fundamento nessa correlação, dissermos que a razão principal do atraso de uma nação é a ausência dessa característica na população e, portanto, a considerarmos um pré-requisito do desenvolvimento, não estaremos absolutamente certos. Observa-se necessidade potencialmente elevada de realização em toda parte nas nações em desenvolvimento. Pode ocorrer que a estrutura social de algumas dessas sociedades seja tal que inflija punição aos que se comportem como se tivessem grande necessidade de realização.⁴² Em outras palavras, as sociedades diferem quanto ao grau de sensibilidade pela realização das pessoas. A sociedade da Rússia czarista, destruída em 1917 pela Revolução bolchevista, era em grande parte insensível à realização individual. Não obstante, sob o regime comunista, a Rússia encontrou uma maneira de conseguir desenvolvimento, sem que aparentemente se manifestasse uma necessidade generalizada e grande de realização entre os cidadãos. Não quero dizer que o comunismo seja a única via de desenvolvimento possível para povos com necessidade de realização aparentemente reduzida; diria antes que, mediante decisões adaptadas às condições desses povos, os respectivos governos e elites políticas podem encontrar substitutos *ad hoc* para seu baixo nível de necessidade de realização.

Em meu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento*, critiquei os indicadores de Deutsch. Meu argumento tende a coincidir com o de Alex Inkeles sobre o mesmo autor. Os indicadores em questão baseiam-se num empirismo especulativo que deixa de levar na devida conta os "contextos estruturais apropriados". Inkeles observou que a validade do conceito de mobilização de Deutsch poderia ser contestada com fundamento nos resultados de pesquisas levadas a efeito em várias nações, que mostram que os trabalhadores urbanos são mais passivos do que os camponeses, condição essa que contraria o postulado de Deutsch.⁴³ Se quisermos preservar as noções de pré-requisitos e indicadores como instrumentos

Chester Barnard - Teoria do Oportunismo
Kerr, Dunlop, Harbison e Meyers: "nem todas as coisas são possíveis em todas as situações".

conceituais de comparação, teremos de usá-las em situações próprias. É sempre enganoso extrapolar pré-requisitos e indicadores, que são adequados a determinada situação, para uma situação diferente. Existem, evidentemente, pré-requisitos de modernização e desenvolvimento; restringem-se, porém, ao que Chester I. Barnard denomina fatores limitativos ou estratégicos. Variam de caso a caso, de situação em situação e precisam ser descobertos sempre "na forma certa, no tempo e lugar certos".⁴⁴ A "teoria do oportunismo", de Barnard, é o equivalente norte-americano do critério de possibilidade, adotado por certos cientistas sociais europeus.

Podemos associar à Teoria *N* a noção de *uma só e melhor maneira*. Em muito do que tem sido escrito sobre modernização e desenvolvimento, vemos mais oposição aparente do que efetiva libertação desse postulado. A propósito, cabe um breve comentário sobre o livro *Industrialism and the industrial man*, de Kerr, Dunlop, Harbison e Meyers. Esse livro seria perfeitamente representativo da Teoria *P*, caso fossem eliminadas certas partes de seu texto. Os autores afirmam que, em última análise, em toda situação histórica a industrialização é sempre um problema de possibilidades. Escrevem: "[...] nem todas as coisas são possíveis em todas as situações".⁴⁵ Eles postulam a necessidade de um "método estratégico" a ser empregado na orientação efetiva de uma sociedade que se industrializa. Esse "método estratégico" seria, com efeito, uma das implicações principais do que aqui designamos por Teoria *P*. Os autores dizem, por exemplo: "O curso da industrialização não obedece a um modelo único, a um padrão determinado. Os países subdesenvolvidos não necessitam de crescimento em todos os aspectos, 'segundo a imagem' de qualquer país desenvolvido".⁴⁶ Contudo, após descrever em detalhe as estratégias concretas das elites industrializantes, eles sugerem paradoxalmente que "a melhor" de todas as estratégias seria a da classe média. Introduzem, assim, o dogmatismo dos que procuram o *único e melhor caminho*.

É evidente que não se pode descrever tipos de estratégias com o fim de demonstrar, em termos conclusivos e abstratos, qual deles seja o "melhor". Essa atitude de "apologia" não se ajusta ao método científico.

Por uma reformulação do problema da modernização

O problema da modernização necessita de uma reformulação. A proliferação de trabalhos sobre esse assunto está a indicar sua relevância. Entretanto, há sinais de que grande parte da literatura sobre modernização se encontra numa espécie de beco sem saída. Uma das razões do impasse é a persistente influência

que a Teoria *N* ainda exerce sobre os que tratam da matéria. Um traço comum é essa literatura que se alicerça nas variáveis de padrão de Parsons.⁴⁷ Essas variáveis denotam um enfoque neo-evolucionário que, não obstante alguns argumentos em seu favor, é teórica e praticamente falacioso, quando empregado em tom normativo. Nos textos clássicos de Tönnies, Maine, Durkheim e Weber,⁴⁸ nos quais Parsons se inspirou, aquelas variáveis eram antes critérios descritivos para compreender a história morta, o processo social em particípio passado. Na medida em que sejam utilizadas com inflexão normativa, com referência à história viva ou ao processo social em particípio presente, tornam-se muito discutíveis, conforme têm evidenciado algumas pesquisas empíricas.⁴⁹

O parsonianismo representa hoje, neste país, um caso de uma corrente excessivamente institucionalizada no campo das ciências sociais. Em outras palavras, neste momento, o sucesso do parsonianismo talvez se deva antes aos requisitos institucionais vigentes no meio convencional do mundo acadêmico do que à sua fertilidade teórica ou a méritos intrínsecos. Na medida em que os jovens cientistas sociais julgam necessário seguir os preceitos parsonianos, como uma espécie de ritual profissional compulsório, eles impedem que seu potencial de inovação e criatividade encontre outros padrões conceituais mais apropriados.

Podemos mencionar, por exemplo, o caso de uma das mais destacadas e festejadas autoridades no campo da modernização: S. N. Eisenstadt. Ele se revela fortemente influenciado pelas opiniões de Parsons, e podemos notar em seus numerosos trabalhos uma ambivalência teórica que torna difícil, quiçá impossível, descobrir ou articular suas premissas conceituais. Eisenstadt oscila entre a Teoria *N* e a Teoria *P*. É esplêndido quando explica eventos pretéritos. Mas quando trata de problemas vivos, tais como auto-sustentação ou colapso da modernização, torna-se às vezes obscuro ou ininteligível, coisa que poderia ter evitado se tivesse sido perfeitamente coerente com as intuições possibilísticas contidas em seus numerosos escritos.

Não é fácil criticar as teorias de Parsons porque são muito desconcertantes em certos aspectos decisivos. Conforme observou Buckley, encontram-se na obra de Parsons assertivas “que aparentemente refutam qualquer crítica que se lhe faça”.⁵⁰ Contudo, a orientação dominante do parsonianismo expressa a Teoria *N*. Consideremos, por exemplo, as variáveis de padrão, de Parsons. Mesmo que se admita a alegada importância dos estudos sociológicos para os indivíduos incumbidos de tarefas de modernização e desenvolvimento, as variáveis parsonianas de padrão são de utilidade assaz limitada. Essas variáveis, que constituíam instrumentos analíticos de clarificação, nas mãos de sociólogos clássicos, tornam-se, nas mãos de Parsons, uma distorção, o vício de uma orientação sociológica completamente divorciada da realidade.

Parsons define cada uma delas, sugestivamente, como “uma dicotomia, um de cujos lados precisa ser escolhido pelo protagonista, *antes que o significado de uma situação lhe esteja claro e, portanto, antes que ele possa agir com respeito à situação dada*”.⁵¹

Podemos compreender a razão pela qual o requisito estratégico do problema da modernização é geralmente descuidado pelos que o examinam pelo prisma das variáveis de padrão. Entendo por requisito estratégico, nesse particular, o fato de que a modernização representa essencialmente uma transformação social viva, em que se presume que o curso dos acontecimentos é dirigido conscientemente, e nunca se pode determinar a importância de qualquer variável de modo abstrato. Nenhuma variável é intrinsecamente positiva ou negativa. A importância de cada variável muda de acordo com o contexto sistêmico, isto é, a mesma variável *X* pode ser um trunfo em determinado sistema social e um percalço em outro. Ou, no mesmo sistema social, essa variável pode ser uma coisa ou outra, conforme a ocasião. Em outras palavras, somente no terreno da lógica abstrata podem as variáveis de padrão ser consideradas dilemas. Nos sistemas sociais concretos, toda variável de padrão tem conseqüências funcionais contraditórias. Quanto à modernização, só poderemos saber se uma variável é prejudicial ou não, ao considerarmos o saldo líquido real de suas conseqüências, ou seja, depois de “definido o sentido da situação”.⁵²

Parsons parece ter uma concepção maniqueísta das variáveis de padrão, que representariam os extremos opostos de um *continuum*, o bem e o mal. Em sua concepção, não concede margem para ambigüidade. Se tomadas literalmente, as variáveis de padrão conduzem a pseudo-explicações, a generalizações ingênuas e impressionísticas. Por exemplo, ao expor as idéias de Parsons a respeito dos “problemas dos países subdesenvolvidos”, William Mitchell, que se alinha fortemente com Parsons, assim escreve:

Destarte, uma nação subdesenvolvida que deseje industrializar-se terá que abandonar suas orientações particularísticas, difusas, adscritícias, afetivas, ao menos no plano dos valores e da estrutura social, senão da própria personalidade, para que possa iniciar e pôr em operação uma ordem industrial. Em seus lugares deverão se instaurar níveis mais elevados de universalismo, especificidade funcional, busca de realização e imparcialidade afetiva. O industrialismo e, talvez em menor grau, a democracia, exigem esses valores e normas novos e opostos.⁵³

Entretanto, a observação empírica tem mostrado que nos sistemas sociais concretos toda variável é ambivalente. Em artigo recente, A. O. Hirschman

demonstrou, com documentação convincente, que certas condições, costumeiramente julgadas obstantes, podem ser, ao contrário, vantajosas ao desenvolvimento e à modernização. Por exemplo, a família extensiva pode constituir uma alternativa à escassez, permitindo a seus membros “criar um fundo comum de recursos, não só para consumo, mas também para fins de investimento”.⁵⁴ Abegglen, em seu estudo a respeito da indústria japonesa (e bem assim Cochran e Reina, no estudo que fizeram a respeito do empresariado na Argentina), oferece suporte empírico favorável à observação de Hirschman.⁵⁵ Este último também salienta que mesmo no Ocidente se reconhece que a expansão das empresas bancárias e mercantis se beneficiou consideravelmente dos laços de parentesco. Assim, pois, em algumas situações, as conseqüências de determinados elementos adscritícios podem desapontar os que emprestam um sentido maniqueísta ao dilema: adscrição *versus* realização (*achievement*).

Consideremos a variável “difusão *versus* especificidade”, extensamente empregada por Fred Riggs em diversas monografias em que apresenta sua teoria das sociedades prismáticas. Os estudos de Riggs são muito estimulantes e provocativos, mas, tal como Eisenstadt, ele parece estar preso num círculo vicioso. Seu “enfoque ecológico” constitui um avanço em relação aos pontos de vista normativos e dogmáticos, que supõem serem os sistemas sociais ocidentais os paradigmas da modernização. Todavia, na medida em que baseia seu raciocínio nas variáveis de padrão, de Parsons, Riggs não tem êxito em suas investidas contra o dogmatismo.

Riggs equaciona, por exemplo, modernização com aumento de especificidade, diferenciação ou, em sua própria terminologia, “difração”. Diz ele:

[...] Creio que podemos constituir um argumento poderoso no sentido de que, gostem ou não, existem forças no mundo que tendem a aumentar o grau de difração. Assim, embora as sociedades prismáticas não tenham que tornar-se difratadas, muitas sê-lo-ão. De maneira semelhante, muitas sociedades em transição poderão não ter êxito em seus esforços de modernização, mas algumas terão.⁵⁶

A palavra “forças” empresta a essa citação um nítido sabor de “necessidade”, enquanto o trecho todo implica um sentido dogmático de “difração” ou diferenciação. Contudo, embora de maneira vaga, Riggs parece reagir contra esse modo de ver:

[...] Uma pressão avassaladora está sendo exercida em toda sociedade contemporânea no sentido de uma maior difração. Os resultados poderão ser bons ou maus. Deixo para o leitor esse julgamento. As forças, porém, levam a uma evolução histórica sobre a qual temos hoje pouco controle.⁵⁷

O que desejo acentuar é que Riggs admite aqui a ambivalência da difração, o que o torna menos dogmático do que em sua assertiva anterior. Parece, porém, que para ele a avaliação do papel da difração pode ser feita num plano genérico e que constitui também uma questão de orientação ética do indivíduo. A avaliação do papel da difração, no entanto, bem como de quaisquer variáveis no processo de modernização, não pode ser genérica e tampouco uma questão de ética pessoal; ela se torna possível somente em situações concretas e unicamente de acordo com regras sociológicas. Talvez tudo o que possamos dizer genericamente a respeito da difração ou da diferenciação é, parafraseando Hirschman, que, em dose excessiva, ela pode fazer tanto mal quanto o pode em dose insuficiente.⁵⁸

A respeito desse pressuposto, estabelece a “lei do potencial evolutivo”, de Elman R. Service, que o potencial de uma sociedade para passar ao estágio seguinte é tanto menor quanto mais especializada e adaptada for a forma em que se encontra um estágio dado. No terreno da realidade histórica e social, essa “lei” significa que as sociedades mais atrasadas teriam um “potencial evolutivo” para um estágio original que faltaria às sociedades mais adiantadas.⁵⁹ Eu diria que todo aquele que se deixa levar por uma orientação de pré-requisitos se torna cego ao “potencial evolutivo” das nações periféricas.

Enfoque sinóptico e contextualismo dialético

Como a Teoria *N* presume que na realidade social histórica se verifica um curso de acontecimentos definido, resultante do jogo de causas absolutamente necessárias, seus adeptos consideram que é possível obter um conhecimento racional global desse curso de acontecimentos. Comte e Stuart Mill tentaram apresentar uma visão completa da história da humanidade, cada qual procedendo de acordo com suas próprias peculiaridades filosóficas.⁶⁰ Na concepção sinóptica, o rumo do presente está inexoravelmente determinado, e temos que fazer um esforço para conhecê-lo exaustivamente. Só não conseguimos a compreensão total do presente, porque nossa inteligência está turvada por interesses, preconceitos e distorções. Essa concepção baseia-se num realismo filosófico de acordo com o qual o Eu, que é capaz de saber, pode e deve estar separado da realidade a fim de poder vê-la objetivamente. Os conceitos são reflexões da realidade na mente humana. Uma mente poderosa, qual espelho fiel, pode obter um quadro exato da realidade. A participação no processo da realidade é uma condição perturbadora para o funcionamento da razão. A Teoria *P*, pelo contrário, ao admitir que não há causas absolutamente necessárias e que as escolhas humanas estão sempre em interação com fatores objetivos para que se produzam acontecimentos, afirma que a nossa

compreensão da realidade é sempre limitada por restrições contextuais, isto é, que só podemos compreender a realidade por tentativas e erros, por ganhos de precisão alcançáveis mediante uma espécie de dialética de participação e retraimento, numa série de conjeturas que são “experimentadas, alteradas e tentadas em sua forma alterada, e novamente alteradas, e assim por diante”;⁶¹ ou, em outras palavras, “num vaivém entre o concreto e o abstrato, tentando uma mudança aqui e um sistema acolá”.⁶² Destarte, a Teoria *P*, ou o contextualismo dialético, supõe que a compreensão da realidade exige uma relativa participação na mesma. O Eu que sabe é, ele próprio, parte do campo cognitivo;⁶³ toda teoria a respeito de qualquer parcela desse campo deve ser ligada a uma certa prática. Evidentemente, a prática científica tem qualificações e requisitos específicos que precisam ser preenchidos e que a distinguem da prática usual do leigo. Apresso-me a esclarecer que não estou afirmando ser impossível apreciar uma perspectiva teórica não relacionada com nossa situação existencial. É, de fato, possível entender essa perspectiva não relacionada, desde que não se descure a prática da qual deriva.

Por algum tempo julguei que o incrementalismo, tal como concebido por Braybrooke e Lindblom, constituía uma alternativa útil ao enfoque sinóptico. Mais recentemente, porém, cheguei à conclusão de que o contextualismo dialético é uma expressão mais apropriada de uma forma possível, em minha opinião, de superar o enfoque sinóptico. Além disso, creio que a expressão não tem a conotação conservadora que é atribuída ao incrementalismo.⁶⁴ O contextualismo dialético é talvez mais coerente com a tradição de William James e John Dewey. Ela se contrapõe ao enfoque sinóptico no mesmo sentido em que Dewey, ao interpretar James, opõe o pragmatismo a toda “teoria da cópia, em que as idéias como idéias são ineficazes e impotentes, porquanto pretendem apenas espelhar a realidade integral sem elas”.⁶⁵ O contextualismo dialético pressupõe a unidade entre a teoria e a prática ou a transação deweyana entre o pensamento e o contexto, segundo o que “o sentido de um objeto está nas mudanças que ele exige em nossa atitude, e o sentido de uma idéia está nas mudanças que ela, como nossas atitudes, efetua nos objetos”.⁶⁶ Com isso, se quer dizer que o contextualismo dialético é o postulado principal da Teoria *P*, cuja explicitação cabal e analítica constitui tarefa específica que demanda tratamento à parte.

Merece atenção o fato de que as elaborações teóricas mais frutíferas a respeito da mudança social são oriundas de cientistas sociais que lidam com problemas de administração, gerência e organização. Os resultados de algumas das explorações e experimentos desses cientistas atuantes terão um grande impacto no terreno mais amplo da ciência social em geral.

Segundo Martindale, muitos sociólogos admitem que a “teoria da mudança social é o ramo mais fraco da teoria sociológica”.⁶⁷ Esse assunto, observa

Wilbert Moore, faz com que “a maioria dos cientistas sociais pareça estar na defensiva, em atitude furtiva, assustada ou carregada de culpa”.⁶⁸ Essa situação não é meramente ocasional e não poderá ser superada enquanto a ciência social continuar a ser influenciada pela Teoria N. São dois os postulados da Teoria N, conforme explicamos aqui, a saber: o enfoque sinóptico e a necessidade de o cientista alienar-se do processo. Os termos intrínsecos do processo social são tais que ninguém que lhe seja alheio poderá conhecê-lo ou ter dele uma compreensão integral em qualquer momento. Pela seguinte afirmação de Parsons, podemos ver que o que ele considera uma fraqueza temporária da ciência social em geral é, na realidade, uma fraqueza irremediável de uma corrente sociológica influenciada pela Teoria N:

[...] [Uma] teoria geral dos processos de mudança dos sistemas sociais não é possível no estágio atual do conhecimento. A razão, muito simplesmente, é que esta teoria implicaria o conhecimento completo das leis de processo do sistema, e nós não possuímos esse conhecimento.⁶⁹

Essa atitude metodológica, sinóptica e antiparticipativa é o principal fator que levou ao beco sem saída em que se meteram muitas “teorias” de modernização. Essas “teorias” geralmente não tratam da questão de *dirigir* e implementar a mudança”.⁷⁰ Esta última observação é de um cientista social às voltas com problemas de gestão, que acrescenta:

Com o que eu não concordo – e incluo aqui as teorias recentes de neoconflito, neofuncionalismo e neo-evolução – é que tendam a identificar e explicar as interações dinâmicas de um sistema, sem se preocupar em dar indicações sobre a identificação de alavancagens estratégicas para alternativas”.⁷¹

Bennis, tal como Robert Chin, clama por *teorias para mudança* em vez de *teorias de mudança* (*theories of changing*, instead of *theories of change*). Essa questão só pode ser resolvida por uma ciência social concreta e existencial.

Modernização em novo estilo

Consideremos agora a dicotomia “nações desenvolvidas *versus* nações em desenvolvimento”. Os autores que adotam sem espírito crítico essa dicotomia costumavam localizar a modernidade na Europa Ocidental e nos EUA e conceber a modernização como um processo de disseminação, pelo resto do mundo, de

certos tipos de objetos e comportamentos originados naqueles países. Assim, por exemplo, o professor Bendix, em seu livro, declara que por modernização entende “um tipo de mudança social que *teve origem* na revolução industrial da Inglaterra, 1760-1830, e na revolução política da França, 1789-1794”.⁷² Afirma, outrossim, que a modernização “é um tipo de mudança social que consiste, desde o século 18, no progresso econômico e político de uma certa sociedade pioneira e em subsequentes mudanças em sociedades seguidoras”.⁷³

Essas afirmações salientam alguns dos pontos principais da modernização. A modernização certamente representa um novo tipo de mudança social na história. A revolução industrial na Inglaterra e a revolução política na França podem ser tomadas como pontos de referência. Antes desses eventos, não aconteceu a modernização principalmente porque se imaginava que toda sociedade se transformaria “em virtude de suas próprias forças e propriedades”.⁷⁴ Em outras palavras, o que Sorokin denomina “o princípio da mutação imanente” pode ser considerado o principal instrumento heurístico para explicar o fenômeno da mudança, segundo os cientistas sociais clássicos. A invocação freqüente desse princípio refletia as condições empíricas das diversas sociedades. Estas eram sistemas mais ou menos fechados, e o intercâmbio e os contatos entre elas eram ocasionais, raros e descontínuos.

Nessas circunstâncias, o mundo não poderia ser entendido como uma categoria sociológica atuante”.⁷⁵ Quero dizer com isso que não existiam suportes empíricos para esse conceito. A terra não constituía, realmente, um mundo unificado, mas um mosaico de sociedades diferentes e segregadas, com intercâmbio limitado, resultante de empreendimentos ou expedições de indivíduos que viajavam por terra, mar ou rio, ou de aventuras bizarras como as de Marco Polo, um personagem quase tão irreal quanto o imaginado por Montesquieu em suas *Cartas pérsicas*.

Diria que, até então, nenhum sistema de vinculações, nenhuma rede de relações culturais, políticas e econômicas reunira as sociedades do mundo num supersistema dinâmico. Foi sobretudo em função do que os antropólogos denominam “convergência” que as diferentes sociedades chegaram a estágios semelhantes. Como se sabe, a convergência decorre de as sociedades modificarem-se independentemente, e não por imitação ou origens comuns, e se explica pelo assim chamado “princípio das possibilidades limitadas”.⁷⁶ Diverso da convergência é o fenômeno da difusão, termo mais apropriado para designar um intercâmbio ocasional entre sociedades diferentes.

A modernização torna-se um problema da história contemporânea quando, pela primeira vez, surgiram condições como o mercado internacional e as redes de transporte e comunicação, permitindo o funcionamento efetivo de um

supersistema mundial ou uma sociedade mundial, que hoje “penetra”⁷⁷ toda sociedade. Em outras palavras, a modernização é um subproduto do processo que está criando a sociedade planetária e o homem planetário.⁷⁸ Hoje toda sociedade é penetrada por esse supersistema mundial, de modo que suas mudanças são cada vez menos explicadas por “suas próprias forças e propriedades”.

Assim, as teorias vigentes de modernização estão em grande parte atrasadas e defasadas, em relação ao estágio contemporâneo da história mundial, na medida em que seus autores têm ainda continuado a concebê-las a partir da perspectiva dos contextos nacionais. A menos que liberte sua mente da “armadilha cognitiva” da nação,⁷⁹ ninguém poderá hoje compreender os termos reais da questão da modernização. Os problemas críticos da modernização são impensáveis e insolúveis no interior das bordas da categoria nacional.

Cumprе salientar dois efeitos da emergência de uma sociedade planetária, relacionados com modernização:

- a) *o efeito demonstração*:⁸⁰ o conjunto de aspirações das nações em desenvolvimento é, em larga escala, moldado pelo tipo de consumo normalmente encontrado nas nações desenvolvidas. Isso se deve não só à rede de transporte e comunicação, mas ainda à pressão exercida pelas nações hegemônicas a procura de mercados para seus produtos. As populações das nações periféricas estão continuamente expostas à influência do padrão de vida vigente nas nações desenvolvidas e procuram alcançá-lo também. Esse fato está na raiz de uma das principais características de muitas nações novas: o desequilíbrio entre as aspirações do povo e a capacidade do sistema produtivo de satisfazê-las, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. As nações periféricas têm sido definidas como aquelas em que o sistema econômico em geral não é capaz de garantir para o povo um padrão mínimo de vida, no sentido em que esse conceito é entendido no contexto internacional.

A partir do “efeito demonstração” emergem padrões de ética mundial segundo os quais a pobreza se torna intolerável neste momento da história mundial em que existem recursos para eliminá-la. As pessoas começaram a se dar conta cada vez mais de que a erradicação da pobreza é impedida menos pela escassez de recursos materiais do que pelas restrições institucionais, em todo o mundo.⁸¹ Assim, como já foi salientado, a partir da perspectiva de uma ética mundial emergente, a opulência das sociedades hegemônicas torna-se hoje imoral e impraticável. Os custos econômicos e psicológicos do atual sistema mundial, com áreas restritas de abundância em meio a áreas maiores de fome ou pobreza, tendem a aumentar geometricamente para as nações hegemônicas.⁸²

b) o *efeito dominação*: embora cada nação seja penetrada por um supersistema internacional, as nações hegemônicas podem ser consideradas centros de decisão relativamente autônomos, sobretudo no campo do mercado mundial. A expressão “efeito dominação”, proposta pelo economista francês François Perroux,⁸³ é usada para explicar a dinâmica das relações assimétricas entre as *nações hegemônicas e as demais*. Há hoje uma economia mundial que funciona de forma tal que certos países, mesmo sem qualquer intenção de fazê-lo, condicionam de modo decisivo as outras economias nacionais muito mais do que eles próprios são condicionados. No estágio atual de evolução do mundo, onde as nações possuem capacidades econômicas desiguais, as menos desenvolvidas acham-se permanentemente sujeitas a uma espécie de “bombardeio cósmico”,⁸⁴ pois não conseguem escapar ao efeito dominador exercido sobre elas pelas nações hegemônicas. Tudo o que podem fazer é adaptar-se a esse efeito. A adaptação pode ser passiva ou ativa. Normalmente, a modernização bem-sucedida, como no caso do Japão, por exemplo, coincide com um ajustamento ativo, sendo então decisivo o papel exercido pelo governo no processo de mudança social e econômica.

Conclusão

Acredito que as considerações seguintes ajudem a esclarecer o problema da modernização:

1. Pode-se dizer que os termos “desenvolvido” e “subdesenvolvido”, ou “pioneiro” e “seguidor”, têm forte caráter ideológico. Parece ser mais realístico distinguir as nações em hegemônicas e periféricas.

É fácil compreender essa distinção com base no efeito da dominação, mas ao se admitir o efeito de dominação não se quer dizer que as nações periféricas sejam necessariamente seguidoras passivas das “nações pioneiras”, e tampouco que as nações hegemônicas sejam completamente autônomas. As duas são influenciadas e condicionadas por um supersistema, a economia mundial, ou a sociedade mundial, cuja dinâmica se sobrepõe à de qualquer sistema nacional em particular.⁸⁵

A distinção entre países hegemônicos e periféricos tem conotações dinâmicas que precisam ser ressaltadas. Em termos de história, jamais a posição de qualquer nação singular na área central ou periférica do mundo pode ser considerada permanente. As nações periféricas, como os EUA do final do século 19, podem se deslocar para a área central. Uma nação central, como a Inglaterra anterior ao

século 20, pode ser colocada na posição de perda gradual de seu domínio, como se pode observar hoje. Ao olharmos o supersistema mundial como um arranjo de equilíbrio instável, já podemos especular, como o fez Huntington, sobre o provável processo de desintegração e decadência que afetará os EUA, a partir mais ou menos do ano 2000, e que coincidirá com a ascensão de nações como a Indonésia na região sudeste e a China na região continental da Ásia.⁸⁶

2. Vem surgindo ultimamente uma corrente científica que contribui para a formação de uma metassociologia e uma metaeconomia da modernização. Alguns autores, como J. K. Galbraith, C. Wright Mills e David Riesman, demonstram que existe uma patologia da sociedade abastada, como também da sociedade pobre. Tomando por base as críticas correntes sobre casos episódicos de desenvolvimento excessivo, seria possível elaborar um conceito elíptico de modernidade capaz de servir como “referência” ou “foco” para avaliação tanto das sociedades hegemônicas como das periféricas.

Do ponto de vista da metassociologia da modernidade, ambos os tipos de sociedade representam casos de modernização falha.⁸⁷ Nenhuma sociedade em particular, em sua forma episódica contemporânea, pode se caracterizar como paradigmática, como uma sociedade modelar de modernização.⁸⁸ Se considerarmos qualquer sociedade como “sociedade de referência”, no processo de modernização, estaremos encorajando concepções tautológicas nessa matéria.

Muitas inadequações das teorias de pré-requisitos resultam da identificação da “sociedade paradigmática” com uma sociedade hegemônica episódica. Naturalmente, se levamos muito a sério a afirmação de Marx, de que “o país mais desenvolvido... exibe ao menos desenvolvido a imagem de seu próprio futuro”, corremos o risco de cristalizar como modelo normativo algo que é apenas uma concretização casual de uma entre muitas possibilidades objetivas de modernidade.

A sociologia da modernização não pode se erigir sobre um conjunto de pré-requisitos tomados de sociedades consideradas já modernizadas. Tal sociologia tem seu calcanhar de Aquiles no fato de basear-se num ingênuo raciocínio *post hoc*. Necessitamos de uma sociologia *pari passu* e dialética de modernização, pois que, como dizia Hartmann, “há no mundo muito mais de possível do que de realizado”.⁸⁹ Em relação à modernização, o êxito de qualquer sociedade será sempre parcial, jamais total. A sociologia não pode sucumbir ante ao sucesso: qualquer complacência seria perigosa. A modernização nunca termina.⁹⁰

A modernidade é um fato ecumênico e universal. Não se confina a quaisquer pontos geográficos específicos da Terra. Moderno é hoje o mundo contemporâneo

em seu partícipio presente, ou em suas possibilidades objetivas, e não alguma sociedade nacional em particular. Por isso, embora possamos compreender sua eficácia tática, temporária, do ponto de vista político, qualquer forma de provincianismo ou nacionalismo, hegemônico ou periférico, representa, em última análise, um obstáculo à modernização. Atraso e modernidade tendem cada vez mais a perder conotações geográficas. Hoje em dia, a comunidade universal instruída e científica precisa considerar que todas as nações são atrasadas e modernas ao mesmo tempo, embora em graus diferentes.

3. A modernização, como objeto de estudo, tem sido por demais circunscrita a sistemas nacionais. Evidentemente, a modernização constitui um problema para toda sociedade nacional. Entretanto, para clarificar o significado desse processo, temos de levar em consideração o supersistema internacional. Nenhuma sociedade em particular pode desenvolver plenamente suas possibilidades de modernização sem que o supersistema internacional seja institucionalizado em termos que façam desaparecer as barreiras à constituição de uma ordem planetária.

A modernização, em larga escala, das nações periféricas, depende da institucionalização da sociedade planetária. Essa sociedade já existe, mas em estado anárquico. Aliás, a persistência de irracionalidades e disfuncionalidades nesse supersistema transnacional torna-se cada vez mais perniciosa, não só para as nações periféricas, mas também para as hegemônicas. Com efeito, elas ameaçam a própria sobrevivência das nações hegemônicas.

A modernização de qualquer sociedade nacional constitui, em certo sentido, um problema de alocação racional e funcional de fatores e recursos no mundo. Acresce que as nações hegemônicas não conseguem resolver perfeitamente seus problemas internos específicos sem esses tipos de alocação. Podemos dizer, parafraseando Gilbert Seldes, que o único luxo que as nações ricas não podem se permitir é a pobreza das nações pobres.⁹¹

Temo que designações como “Terceiro Mundo”, “Segundo Mundo” e “Primeiro Mundo”, na esfera acadêmica, induzam ao equívoco aqueles que genuinamente procuram compreender os problemas de nosso tempo. Essa compartimentalização do mundo é mais conveniente aos interesses radicados do que às legítimas necessidades de conceitualização da dinâmica concreta do supersistema internacional. A comunidade universal de cientistas e intelectuais tem agora a oportunidade de ser uma força política e um agente ubíquo de modernização deveras importante em toda parte, assumindo o papel de esclarecedora de equívocos e incompreensões relativamente aos processos que ocorrem dentro

do supersistema internacional. Podemos reconhecer a utilidade da tricotomia “Terceiro Mundo”, “Segundo Mundo” e “Primeiro Mundo”, mas não compete aos cientistas sociais legitimá-la.

4. A modernização é uma preocupação humana constante. Quero dizer, as pessoas esperam dos cientistas sociais não só que eles compreendam esse processo, mas também que o conduzam, que o dirijam. A modernidade não é uma espécie de entidade metafísica, nem um conjunto de elementos prescritivos a serem adotados pelas nações periféricas como “a melhor maneira” de proceder, se quiserem modernizar-se. Na prática, a modernização exige de cada governo a capacidade de aprender com as situações e nelas descobrir atalhos para a modernidade, ou seja, um comportamento estratégico. Penso sobre os muitos casos de “colapso da modernização” e me pergunto se os cientistas sociais não podem contribuir para evitar essas experiências dramáticas. Acredito que possam. Mas, para cumprir esta promessa, terão de superar o caráter provinciano, especulativo e determinista que domina as teorias contemporâneas de modernização.

Notas

1. BENDIX, Reinhard. What is modernization? Estudo apresentado à 45ª Sessão do Institute of World Affairs dedicada à temática de “Dynamics of development institutions, processes and techniques”. University of Southern California, Von KleinSmid Center of International and Public Affairs, 1967. Também publicado no livro organizado por Beling e Totten, cap. 2, p. 9, referido na nota editorial, sob asterisco (*), p. 41.
2. Id. *ibid.*, p. 4.
3. Ver LEVY, Jr., Marion J. Some social obstacles to capital formation in underdeveloped areas. In: ABRAMOVITZ, M. (Ed.). *Capital formation and economic growth*. Princeton, New Jersey: National Bureau of Economic Research.
4. Ver EISENSTADT, S. N. *Modernization: protest and change*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1966, p. 1. Para uma visão geral sobre modernização, ver Chong-Do Hah e Jeanne Schneider, em: Critique of current studies on political development and modernization. *Social Research*, Jun. 1968.
5. Ver MILLS, C. Wright. *Power, politics and people*. New York: Ballantine Books, 1963. p. 156.
6. Ver HIRSCHMAN, Albert O. *The strategy of development*. New Haven: The Yale University Press, 1966, p. 4. Ver também HIRSCHMAN, A. O. *Development projects observed*. Washington: The Brookings Institution, 1967.

7. Ver HIRSCHMAN. *The strategy of development*. p. 9.
8. Ver GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective*. New York: Frederick A. Praeger, 1962, p. 6-7. Ver também GERSCHENKRON, A. *Continuity in history and other essays*. Cambridge, Mass.: Belknap Press of Harvard University Press, 1968.
9. O conceito de possibilidade tem sido focalizado com base em diferentes pontos de vista. Ver, por exemplo: ABBAGNANO, Nicola. *Possibilità e libertà*. Turim, Itália: Taylor (Ed.), 1956; BUCHANAN, Scott. *Possibility*. Londres: Kegan Paul, Trench, Trubner and Company, Ltd., 1927; ADAMS, George R.; LOEWENBERG, J.; PEPPER, Stephen C.; (Eds.). *Possibility*. Berkeley, Califórnia: California University Press, 1934; COSTELLO, Harry Todd. *A philosophy of the real and the possible*. New York: Columbia University Press, 1954; DARBON, Andre. *Les catégories de la modalité*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956; BARNES, Hazel E. *Humanistic existentialism, the literature of possibility*. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press, 1965; HACKING, Tom. Possibility. *Philosophical Review*, April 1967; JOUVENEL, Bertrand de. *The art of conjecture*. New York: Basic Books, 1967.
10. "[...] já examinamos as razões de estrutura probabilística das explicações históricas, mas nenhuma delas tem fundamento para rejeitar o determinismo". NAGEL, Ernest. *The structure of science, problems in the logic of science*. New York: Hartcourt, Brace and World, Inc., 1961, p. 599.
11. Ver BLOCH, Ernst. Sur la catégorie de la possibilité. *Revue de Métaphysique et de Morale*, Vol. I, p. 76, Jan./Mar. 1958.
12. Ver LOVEJOY, Arthur O. *The great chain of being*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1957. Em relação a várias perspectivas sobre necessidade, ver BLANSHARD, Brand. *The nature of thought*. Londres: George Allen and Unwin, Ltd., 1939, v. 2. Ver também CHENEY, Edward P. *Law in history and other essays*. New York: Alfred A. Knopf, 1927; BERLIN, Isaiah. *Historical inevitability*. Londres: Oxford University Press, 1955.
13. Ver BOAS, George. Renouvier, Charles Bernard (1815-1903). In: EDWARDS, Paul (Ed.). *The encyclopedia of philosophy*. New York: The Macmillan Company and the Free Press. v. 7, 1967. p. 181.
14. Ver RENOUVIER, Charles. *Uchronie (l'utopie dans l'histoire), esquisse historique apocryphe du développement de la civilisation européenne tel qu'il n'a pas été, tel qu'il aurait pu être*. 2. ed. Paris: Felix Alcan, 1901. p. 8. Sobre Renouvier, ver: BRIDEL, P. H. *Charles Renouvier et sa philosophie*. Lausanne, Suíça: Georges Bridel & Cie, editores, 1905; PICARD, Roger. *La philosophie sociale de Renouvier*. Paris: M. Rivière, 1908. Ver também: LONG, William Harry. *The philosophy of Charles Renouvier and its influence on William James*. Tese (Doutorado) - Universidade de Harvard, 19 de novembro de 1933. Arquivado.

15. Ver RENOUVIER, op. cit., p. 411. Apesar de não se referir a Renouvier, Bertrand de Jouvenel usa a abordagem "ucrônica". Ele especula sobre como seria a história contemporânea mundial, se a revolução comunista tivesse acontecido primeiramente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, conforme a previsão de Marx. Ver JOUVENEL, p. 77.
16. WEBER, Max. *The methodology of social science*. New York: The Free Press of Glencoe, 1964, p. 173. Ver também FREUND, Julien. *The sociology of Max Weber*. New York: Pantheon Books, uma divisão da Random House, 1968. p. 71-79.
17. Id. *ibid.*, p. 174.
18. Id. *ibid.*, p. 174.
19. "É mediante essa categoria que a adequação de nossa imaginação, orientada e disciplinada pela realidade, é julgada". WEBER, op. cit., p. 93.
20. WEBER, op. cit., p. 119. Vale lembrar aqui o que escreveu Trotsky sobre a revolução bolchevista: "[...] poder-se-ia dar ouvidos à opinião de que se não tivéssemos tomado o poder em outubro, poderíamos tê-lo tomado dois ou três meses mais tarde. Redondo engano! Se não tivéssemos tomado o poder em outubro, jamais o teríamos tomado" (citado em MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signs*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1964, p. 276). Bertrand de Jouvenel também assinala: "[...] parece tolice não reconhecer que as decisões individuais representam causas históricas em sentido próprio. Acho muito difícil entender como autores eminentes, tais como Engels e muitos outros, possam ter sustentado ou proposto o contrário... porquanto o processo oferece a oportunidade para o acontecimento, mas não determina sua natureza. Podia-se prever bem melhor o que Hitler iria fazer, se prestássemos ouvido a seus discursos, em vez de estudar o processo. O fato, tão expressivo em conseqüências, de um Hitler e não um Roosevelt ter tomado o poder na Alemanha também não podia ser previsto por um método microscópico. Pois, se perguntarmos, em termos de generalidades, qual dos dois países era considerado mais rico em cultura (na época), a resposta certamente é a Alemanha. E, no entanto, ela escolheu um líder autodidata, enquanto Roosevelt recebera uma educação excelente. Se perguntarmos ainda onde a indiferença quanto à origem familiar era uma questão de princípio, a resposta é os Estados Unidos. E este, no entanto, se deu um presidente patricio, enquanto os alemães se submeteram a um *deraciné*." In: JOUVENEL. B. de, p. 108-110.
21. "Il n'y a de science que du caché". BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1938, p. 55-72. Apud GURVITCH, Georges. *Déterminismes sociaux et liberté humaine*. Paris: Presses Universitaires de France, 1955, p. 56.
22. Ver WEBER, Max. The social causes of the decay of ancient civilization. *Journal of General Education*, v. 5, p. 77, 1950.

23. Ver MANNHEIM, Karl. *Man and society in an age of reconstruction*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1967, p. 189.
24. Id. *ibid.*, p. 188.
25. BLOCH, Ernest. *Das Prinzip Hoffnung*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag. 1959. 2. v. Sobre as idéias de Bloch, ver FURTER, Pierre. Utopia e marxismo, segundo Ernst Bloch. *Tempo Brasileiro*, v. 3, n. 7, out. 1965. Nesse mesmo número de *Tempo Brasileiro* há duas resenhas de P. Furter sobre *Das Prinzip Hoffnung* e Thomas Munzer als Theolog der Revolution, de Bloch. Ver também FURTER, Pierre. Da utopia à revolução. *Revista Civilização Brasileira*, v. 1, n. 7, maio 1966. Ver também RUHLE, J. Ernst Bloch, the philosopher of hope. In: LABEDZ, Leopold. *Revisionism, essays on the history of marxist ideas*. Londres: Allen & Unwin, 1962; BLOCH, Ernst. Man and citizen according to Marx. In: FROMM, Erich (Ed.). *Socialist humanism*. New York: Doubleday & Company, Inc., 1966.
26. Ver BLOCH, E. *Sur la catégorie de la possibilité*. p. 65.
27. Conforme observou Pierre Furter, David Riesman usou a palavra em sentido semelhante ao de Bloch. Ver RIESMAN, D. Some observations on community plans and utopia. In: RIESMAN, D. *Individualism reconsidered*. Glencoe, Illinois: Free Press of Glencoe, 1954. Na mesma linha, ver GOODMAN, Paul. *Utopian essays and practical proposals*. New York: Vintage Books, uma divisão da Random House, 1962. Ver ainda: BOGUSLAW, Robert. *The new utopians: a study of systems design and social change*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1965; MANNHEIM, Karl. *Ideology and utopia*. New York: Harcourt, Brace & World, Inc., 1966.
28. BLOCH. *Sur la catégorie de la possibilité*. p. 81. Ver nota 11.
29. Ver GURVITCH, op. cit., p. 65. Ver também BOSSERMAN, Philip. *Dialectical sociology: an analysis of the sociology of Georges Gurvitch*. Boston: Porter Sargent, 1968.
30. Id. *ibid.*, p. 82-3.
31. Ver o ensaio de MERTON, Robert. Manifest and latent functions, 1948. In: MERTON, R. *Social theory and social structure*. New York: The Free Press, 1967. p. 52. (Edição revista e ampliada).
32. Id. *ibid.*, p. 52.
33. Ver MACIVER, R. M. *Social causation*. New York: Harper & Row, 1964, p. 166.
34. Id. *ibid.*, p. 167.
35. Id. *ibid.*, p. 166.
36. Id. *ibid.*, p. 169.
37. Ver DUPRÉEL, Eugène. *Essais pluralistes*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949, p. 201.
38. Ver BACON. *Novum organum*, v. 8. In: SPEDDING, J.; ELLIS, R. L.; HEATH, D. D. (Ed.). *Works of Francis Bacon*. New York, 1869. p. 210. KUHN, Thomas S.

The structure of scientific revolutions. Chicago: The University of Chicago Press, 1964. p. 18.

39. "Estamos no limiar de outra revolução científica", anuncia BRONOWSKI, J. *The common sense of science*. New York: Vintage Books, uma divisão da Random House, p. 95. Bronowski escreve ainda: "Este pensamento é revolucionário na ciência moderna. Substitui o conceito de *efeito inevitável* pelo de *tendência provável*. Op. cit., p. 87.
40. Ao se referir, por exemplo, à idealização da sociedade norte-americana feita por Lipset, assim escreve Christian Bay: "Considere-se a recente sugestão de Lipset de que se pode encerrar a busca pela 'boa sociedade' que o homem persegue desde tempos imemoriais, porquanto agora já a temos. A democracia, como a conhecemos, 'é a própria boa sociedade em ação'. Não se quer dizer com isto que a nossa democracia não possa ser mais aprimorada, mas, *grosso modo*, parece que 'o toma-lá-dá-cá das lutas internas de uma sociedade livre' é o máximo a que se pode aspirar. Nossa sociedade é tão boa que Lipset considera bem-vinda, pelo menos para o Ocidente, a tendência, que ele enxerga, de se substituir a ideologia política pela análise sociológica". BAY, Christian. *Politics and pseudopolitics: an evaluation of some behavioral literature*. *The American Political Science Review*, v. 59, n. 1, mar. 1955.
41. Ver GUERREIRO-RAMOS. *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1966.
42. O leitor encontrará muitos dados que sustentam esta afirmação em MYRDAL, Gunnar. *The Asian drama: an inquiry into the poverty of nations*. New York: Pantheon, uma divisão da Random House, 1968.
43. Ver GERMANI, G. Informe general: Conferencia Internacional sobre Investigación Social Comparada en los Países en Desarrollo: Desniveles Internos en el Proceso de Desarrollo Económico y Social de América Latina. *Revista Latinoamericana de Sociología*, v. 1, n. 1, p. 151, mar. 1965.
44. Ver BARNARD, Chester I. *The functions of the executive*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1948, p. 203.
45. KERR, Clark; DUNLOP, John T.; HARBISON, Frederick; MEYERS, Charles A. *Industrialism and the industrial man*. Londres: Oxford University Press, 1964. p. 33.
46. Apud edição brasileira do livro de KERR et al. *Industrialismo e sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Usaid. 1959. p. 44.
47. Como é sobejamente sabido, as variáveis de padrão, de Parsons, consistem das seguintes dicotomias: (1) afetividade vs. imparcialidade afetiva; (2) orientação individual vs. orientação para a coletividade; (3) universalismo vs. particularismo; (4) adscrição vs. realização (achievement); (5) difusão vs. especificidade.

48. Sobre a interpretação incorreta de Weber, ver MOUZELIS, Nicos P. *Organization and bureaucracy: an analysis of modern theories*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967, p. 38-75.
49. Ver, por exemplo, STEPAN, Alfred. Political development theory: the Latin American experience. *Journal of International Affairs*, v. 20, n. 2, 1966.
50. Ver BUCKLEY, Walter. *Sociology and modern systems theory*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1967. p. 24.
51. Ver PARSONS, Talcott; SHILLS, Edward A. (Org.). *Toward a general theory of action*. New York: Harper & Row, 1962. p. 77.
52. Em ensaio a ser publicado, este autor discute algumas implicações das noções de “conseqüências funcionais contraditórias” e “balanço líquido de conseqüências”, que já foram examinadas por Gideon Sjoberg e Robert Merton. Ver: MERTON, R.; SJOBERG, G. Contradictory functional requirements and social systems. *The Journal of Conflict Resolution*, v. 4, 1960.
53. Ver MITCHELL, William C. *Sociological analysis and politics: the theories of Talcott Parsons*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1967. p. 161.
54. Ver HIRSCHMAN, Albert. Obstacles to development: a classification and a quasi-vanishing act. *Economic Development and Cultural Change*, v. 13, n. 4, parte I, p. 387, jul. 1965.
55. Ver HIRSCHMAN, Albert O., op. cit., p. 389-390. Ver também NYE, J. S. Corruption and political development: a cost-benefit analysis. *The American Political Science Review*, v. 61, n. 2, jun. 1967. Nesse artigo, Nye procura mostrar as conseqüências funcionais da corrupção e que esta pode até, às vezes, “causar benefício público”.
56. Ver RIGGS, Fred. W. *Administration in developing countries*. Boston. Houghton-Miffling Company, 1964. p. 37.
57. RIGGS, p. 38.
58. Ver HIRSCHMAN, Albert O., op. cit., p. 387, em que ele escreve: “... um obstáculo ao desenvolvimento em geral pode ser definido como a ausência de uma certa condição que estava presente num país que posteriormente veio a desenvolver-se. Em muitos casos, porém, a pergunta que deveria ter sido feita é quanto desta condição estava presente. O excesso pode ser tão deletério quanto a insuficiência”.
59. Ver SERVICE, Elman R. The law of evolutionary potential. In: SAHLINS, Marshall D.; SERVICE, Elman R. *Evolution and culture*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1960.
60. Karl Popper denomina “holismo” o enfoque geral de Comte, Mill, Marx e outros autores que admitem a possibilidade de se compreender inteiramente o curso dos eventos. Em seu livro *The poverty of historicism* (New York: Harper & Row, 1964),

ele contrapõe a “análise fragmentária” (*piecemeal engineering*) ao “holismo”. Escreve Popper: “O enfoque característico do analista fragmentário é o seguinte: Mesmo que possa simpatizar com alguns ideais que dizem respeito à sociedade como um todo – seu bem-estar geral, quem sabe – ele não acredita no método da reformulação global da sociedade. Quaisquer que sejam seus fins, ele procura atingi-los por meio de pequenos ajustes e reajustes, e estes podem ser continuamente aperfeiçoados” (op. cit., p. 66). Apesar de concordar com a tese central do livro de Popper, parece-me arbitrário o significado que ele atribui à palavra “holismo”. Prefiro considerar que o “holismo” equivale à “lei da situação” (ou “situacionismo”), de Mary Parker Follet, que representa uma sadia reação teórica contra o “reducionismo”.

Da mesma forma, não creio que seja correto equiparar o holismo ao historicismo, como o faz Popper. Na verdade, há correntes historicistas (por exemplo, Max Weber) que não se harmonizam com o conceito de historicismo usado por Popper. Além disso, parece-me que Popper interpreta Mannheim incorretamente, ao considerá-lo um representante do “holismo”. Se, em vez de “*holism*”, Popper houvesse empregado a palavra “*wholism*” em seu livro *The poverty of historicism*, minha concordância com ele seria quase total. Num ensaio que aparentemente antecipou a tese de Popper, Hayek empregou o termo “*whole*” (inteiro, todo). Ver HAYEK, F. A. V. *Scientism and the study of society. Economica*, v. 9, n. 35 (New Series), ago. 1942; e v. 10, n. 37 (New Series), ano 23, fev. 1943. Ver também a elaboração mais detalhada das idéias de Popper em seu livro *The open society and its enemies*; v. 2. New York, Harper & Row, 1963.

61. Ver BRAYBROOKE, David; LINDBLOM, Charles L. *A strategy of decision: policy evaluation as a social process*. New York: The Free Press, 1963. p. 73.
62. Id. *ibid.*, p. 81.
63. Ver ROUANET, Sérgio Paulo. Os campos práticos-noéticos: notas introdutórias. *Tempo Brasileiro*, ano 4, p. 11-12, ago./out. 1966. Ver também KOTARBINSKI, T. *Praxiology: an introduction to the science of efficient action*. New York: Pergamon Press, 1965; BRUYN, Severyn T. *The human perspective in sociology: the methodology of participant observation*. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1966; BLUMER, Herbert. *Society as symbolic interaction*. In: ROSE, Arnold M. *Human behavior and social processes*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1962.
64. Ver, por exemplo, ETZIONI, Amitai. *The active society*. New York: The Free Press, 1968. Especialmente, o capítulo 12: *Mixed scanning: an active approach to decision making*.
65. Ver DEWEY, John. *Essays in experimental logic*. New York: Dover Publications, Inc., s.d., p. 304.
66. Id. *ibid.*, p. 310, Ver também DEWEY, John. *On experience, nature and freedom*. New York: Liberal Arts Press, 1960. Especialmente, o capítulo 4: “Context and thought”.

67. Ver MARTINDALE, Don. Introduction. In: ZOELSCHAN, George K.; HIRSCH, Walter (Org.). *Explorations in social change*. Boston: Houghton Mifflin Co., 1964. p. 11.
68. Ver MOORE, W. E. A reconsideration of theories of social change. *American Sociological Review*, v. 25, p. 810-18, 1960. Apud BENNIS, Warren G. *Changing organizations*. New York: McGraw-Hill Book Co., 1966. p. 99.
69. Ver PARSONS, Talcott. *The social system*. New York: The Free Press, 1951. p. 486.
70. Ver BENNIS, op. cit., p. 99.
71. Id. ibid., p. 99. Ver também CHIN, Robert. The utility of system models and developmental models for practitioners. In: BENNIS, W. G.; BENNÉ, Kenneth D.; CHIN, Robert (Eds.). *The planning of change*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1966.
72. BENDIX, op. cit., p. 6.
73. Id. ibid., p. 12.
74. Eis as palavras com que Sorokin explica o que ele chama "o princípio da mudança imanente". Ver SOROKIN, Pitirim A. *Social and cultural dynamics*. New York: The Bedminster Press, 1962. p. 590. v. 4.
75. O mundo, como categoria sociológica, representa uma nova ferramenta analítica, tão útil hoje quanto o foi o conceito de classe social no século 19. O autor deu atenção a esta questão em seu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1966. Nota do tradutor: A 2ª edição deste livro saiu, em 1983, com o título *Administração e contexto brasileiro*, pela mesma editora.
76. Sobre a convergência e o princípio das possibilidades limitadas, ver SOROKIN, op. cit. Sorokin remete a: GOLDENWEISER. The principle of limited possibilities. *Journal of American Folklore*, v. 26, p. 259-90, 1913; THURNWALD. R. The spell of limited possibilities. *American Sociological Review*, p. 195-203, abr. 1937; LOWIE R. On the principle of convergence in ethnology. *Journal of American Folklore*, v. 25, p. 33 segs., 1912.
77. Não emprego este verbo exatamente no sentido em que foi proposto por Rosenau; mas a idéia de "penetração", que uso neste texto, foi inspirada por seu artigo: Pre-theories and theories of foreign policy. In: FARREL, R. Barry (Ed.). *Approaches to comparative and international politics*. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 1966.
78. Ver WARD, Barbara. *Spaceship Earth*. New York: Columbia University Press, 1966; BOULDING, Kenneth E. *The meaning of the 20th century: the great transition*. New York: Harper & Row, 1965; DESAN, Wilfrid. *The planetary man: a noetic prelude to a united world*. Washington: Georgetown University Press, 1966; CARTER, Gwendolen M.; HERZ, John H.

Government and politics in the 20th century. New York: Frederick A. Praeger, 1965; MYRDALL, Gunnar. *Beyond the welfare state*. New Haven: Yale University Press, 1965; PARSONS, Talcott. Order and community in the international social system. In: ROSENAU, J. N. *International politics and foreign policy*. New York: The Free Press, 1961; GALTUNG, Johan. On the future of the international system. *Journal of Peace Research*, v. 4, 1967; PECCEI, Aurelio. World problems in the coming decades. *American Behavioral Scientist*, v. 11, n. 6, jul./ago. 1968; MCHALE, John. Global ecology: toward the planetary society. *American Behavioral Scientist*, v. 11, n. 6, jul./ago. 1968.

79. "O estado-nação corre assim o perigo de tornar-se uma armadilha cognitiva para seu povo, em tempos de paz, e uma armadilha de morte, em caso de guerra". DEUTSCH, Karl. Nation and world. In: POOL, Ithiel de Sola (Ed.). *Contemporary political science: toward empirical theory*. New York: McGraw-Hill Book Co., 1967. p. 218.
80. Este termo foi proposto inicialmente pelo economista J. S. Duesenberry. Ver também o meu conceito do "efeito de prestígio": GUERREIRO-RAMOS. *A redução sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. Ver ainda o trabalho (em mimeo) Towards an ecumenical social science, que apresentei aos membros do corpo docente das universidades de Stanford e Berkeley, no "Faculty Center" de Stanford, em 25 de maio de 1967.
81. Na mesma linha, afirma Robert Theobald: "Não há mais qualquer limite efetivo para nossas capacidades produtivas. Deixamos para trás a lúgubre ciência da economia tradicional. U Thant, Secretário-Geral das Nações Unidas, expressou esta realidade com as seguintes palavras: 'A verdade, a surpreendente verdade elementar, sobre os países desenvolvidos de hoje, é que eles podem ter – em qualquer época, senão em prazo curtíssimo – todos os recursos, em espécie e escala, que quiserem ter. Já não são mais os recursos que limitam as decisões. É a decisão que cria os recursos. Esta é a mudança revolucionária fundamental – talvez a mais revolucionária de todas que a humanidade tenha jamais conhecido". Ver THEOBALD, Robert. *Cybernetics and the problems of social reorganization*. In: DECHERT, Charles R. *The social impact of cybernetics*. New York: Simon & Schuster, 1967. p. 44.
82. "A viabilidade do atual sistema socioeconômico da escassez baseia-se numa relação muito simples. Presume-se que praticamente todos os que procuram empregos tenham efetivamente a possibilidade de encontrá-los e que a renda gerada por esses empregos torná-los-á aptos a agirem como consumidores ajustados. O funcionamento efetivo do atual sistema socioeconômico depende, portanto, totalmente da capacidade de se prover empregos em quantidade suficiente para todos. A incapacidade contínua de satisfazer a esta condição invalida o atual mecanismo de distribuição de renda, que só funciona enquanto persistir a escassez. Enquanto o atual sistema socioeconômico não for alterado, a abundância será um câncer, e as várias partes do sistema terão que dar o melhor de si para inibir seu crescimento". *Ibid.*, p. 49.

83. Ver PERROUX, François. *L'Europe sans rivages*. Paris: Presses Universitaires de France, 1954.
84. Esta expressão consta num manuscrito inédito de Edwin Lieuwen.
85. Pode-se considerar hegemônica a nação líder, no sentido de Thelen, isto é, "um sistema integrante cuja produção exerce a máxima influência sobre os insumos dos outros sistemas integrantes e, por esse meio, controla as interações do supra-sistema". Apud KATZ, Daniel; KAHN, Robert L. *The social psychology of organizations*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1966. p. 63.
86. Ver HUNTINGTON, Samuel P. Political development and the decline of the American system of world order. *Daedalus*. Summer 1967.
87. Ver HOROWITZ, J. L. *Three worlds of development: the theory and practice of international stratification*. New York: Oxford University Press, 1966. Ele usa o termo "desenvolvimento falho" (mis-development) na p. 70. Para o estudo comparado das nações, em termos de uma estratificação internacional, ver LAGOS, Gustavo. *International stratification and underdeveloped countries*. Chapel Hill, N. C.: The University of North Carolina Press, 1963; GALTUNG, Johan; MORA Y ARAÚJO, Manuel; SCHWARZMAN, Simon. El sistema latinoamericano de naciones: un análisis estructural. *América Latina*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, jan./mar. 1966.
88. "Da mesma maneira que Hegel interpretou toda a história mundial como se estivesse culminando no estado germânico de seu tempo, assim também os teóricos modernos têm se inclinado a interpretar a mudança social e econômica como se estivesse culminando, também ela, hoje, na versão deles de sociedade 'moderna'. Assim, para Lerner, Rostow e Riggs, respectivamente, as sociedades que são 'tradicionais', 'subdesenvolvidas' ou 'mistas' (indiferenciadas) passam por estágios 'transicionais', 'de arrancada' e 'prismáticos', até que finalmente alcançam a 'modernidade', o 'consumo de massa' ou a 'refração' (diferenciação elevada). Esse 'hegelianismo' dos dias de hoje permite que os estudiosos oriundos das sociedades 'desenvolvidas' fujam à tensão e às frustrações domésticas, e se concentrem sobre as 'subdesenvolvidas'. E isso provoca um senso gratificante de superioridade entre seus compatriotas, livrando-os das incertezas que os acompanhariam se tentassem entender a natureza da mudança social em seu próprio país. Mas se observarmos conscienciosamente os vários elementos na estrutura social das sociedades 'desenvolvidas', mal conseguiremos evitar os fatos surpreendentes que sugerem processos multidimensionais de mudança social extremamente rápida. Essas mudanças são tão grandes que, na verdade, devemos considerar os Estados Unidos e todos os outros países da Europa Ocidental como sociedades 'transicionais'". GROSS, Bertram M. The state of the nation: social systems accounting. In: BAUER, Raymond A. *Social indicators*. Cambridge, Mass.: The M. I. T. Press, 1966. p. 212.

89. Ver HARTMANN, Nicolai. *Ontologia II: posibilidad y efectividad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956. p. 8.
 90. Para uma exposição mais detalhada sobre este assunto, ver meu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento*.
 91. A sentença de Seldes é a seguinte: "O único luxo que os ricos não podem se permitir é a pobreza dos pobres". Apud AYRES. C. E. *Towards a reasonable society*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1961. p. 293.
-